



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Processo n.º: 39.420/2008-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF

Assunto: Licitação

Ementa: Contratos n.ºs 98/2009 e 99/2009. Prestação de serviços de vigilância patrimonial. Procedimento de fiscalização especial. Inspeção. Superfaturamento. Medida cautelar. Glosa mensal. Revogação. Restituição de glosas. Diligência. Reiteração. Decisão n.º 3.271/2019. Determinações à SEE/DF. Decisão n.º 2.881/2021. Reiteração de determinações anteriores. Decisão n.º 5.320/2022. Concessão de prazo para manifestação. Decisão n.º 4.253/2024. Reiteração e novas determinações. Ingresso de petição protocolizada pela empresa Global Segurança Ltda., na qual requer a concessão de medida cautelar, a fim de julgar antecipadamente o mérito da questão debatida nos autos. Decisão Liminar n.º 12/2025-P/AT. Ingresso de agravo protocolizado pela empresa Global Segurança Ltda. Ingresso de pedido de sustentação oral e de cópia dos autos pela empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. **Nesta fase:** análise do referido agravo. **DECISÃO LIMINAR** no sentido de conhecer do agravo, dando-lhe provimento, a fim de, em juízo de retratação, rever a Decisão Liminar n.º 12/2025 - P/AT e deferir a medida cautelar requerida, consistente na antecipação da análise de mérito do cumprimento dos itens IV.a e IV.b da Decisão n.º 4.253/2024, no que diz respeito à ora agravante. Ter por cumpridos os itens IV.a e IV.b da Decisão n.º 4.253/2024, relativamente à empresa Global Segurança Ltda., dando-se por encerrada a discussão no tocante à referida empresa. Deferir o pedido de cópia do feito à empresa Confederal, informando-lhe que a sustentação oral requerida será apreciada pelo relator original.

RELATÓRIO/DECISÃO LIMINAR

Trata-se do exame do Edital da Concorrência n.º 04/2008 – SE, que resultou nos Contratos n.ºs 98/2009 e 99/2009, firmados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, respectivamente, com as empresas Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda., CNPJ n.º 31.546.484/0001-00, e G6 – Sistema de Segurança Integrada Ltda. (atual Global Segurança Ltda.), CNPJ n.º 02.265.823/0001-74.

Por intermédio da Decisão Liminar n.º 12/2025-P/AT (peça 615), esta Presidência deliberou por conhecer da petição apresentada pela empresa Global Segurança Ltda. e indeferir a medida cautelar requerida, nestes termos:

“O Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, convergindo para o que propõe a unidade técnica, com ajustes redacionais, fundamentado nas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

disposições do art. 16, inciso XIV, do Regimento Interno do TCDF, ad referendum do egrégio Plenário, DECIDE: I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 5/2025 – Seasp (peça 613, e-DOC 3EE28461- e); b) da petição apresentada pela empresa Global Segurança Ltda. (peça 612, e-DOC D8D5C461) e indeferir a medida cautelar requerida, consistente na antecipação da análise de mérito, porquanto ausentes os requisitos para sua concessão; II – autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 5/2025 – Seasp e desta decisão liminar à empresa Global Segurança Ltda.; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Educação, Áreas Sociais e Saúde Pública – Seasp, para as providências pertinentes.”

Inconformada com o teor da citada decisão, a aludida empresa interpôs agravo, com vistas à revogação daquela decisão e consequente concessão da medida cautelar antes requerida para imediata análise de mérito do feito (peça 617).

A unidade técnica encaminhou o pleito a esta Presidência para deliberação, na forma do Ofício n.º 6/2025 – Segecex (peça 618).

É o relatório. Passo a decidir.

De início, ressalte-se que, como a deliberação atacada foi adotada por este Presidente e o egrégio Plenário retomará suas atividades apenas no dia 15.12.2024, torna-se necessária a atuação monocrática, a fim de dar celeridade à matéria.

Nas razões do agravo, a empresa Global Segurança Ltda. narrou o histórico dos fatos ocorridos até então nos autos e as medidas que adotou para comprovar perante a Corte a regularidade da execução contratual.

Nessa senda, após sopesar os possíveis gravames que a situação de indefinição poderá causar e o fato de o presente processo estar em tramitação “há mais de 15 anos”, requereu a reconsideração da decisão agravada, considerando “que todas as metodologias de cálculos indicados por este Tribunal foram adotadas e que o TCDF já julgou de forma definitiva que não houve prejuízo ao erário no tocante aos pagamentos e recebimentos do intervalo intrajornada, inclusive com base manifestação da Secretaria de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, do Ministério Público de Contas”.

Requereu “Subsidiariamente, seja dado provimento ao pedido CAUTELAR, considerando o novo pronunciamento do SEE/DF atendendo a determinação do TCDF, nos termos do artigo 1º, § 3º do 102 da Resolução, seja conhecida e acolhida integralmente a presente manifestação, encerrando em definitivo qualquer discussão relacionada às obrigações do intervalo de intrajornada e das atualizações realizadas, especialmente a suposta alegação de prejuízo à Administração Pública”, confirmando-se “a liminar para considerar atendidas as diligências realizadas junto à SEE/DF e julgar procedentes os fundamentos aqui apresentados, a fim de afastar qualquer irregularidade na execução do contrato firmado junto à empresa GLOBAL SEGURANÇA LTDA”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Atendo-me aos aspectos próprios do agravo, verifico que há previsão regimental para o remédio jurídico interposto, consoante art. 230 do RI/TCDF:

“Art. 230. De decisão monocrática do Presidente do Tribunal ou do relator, desfavorável à parte, e da medida cautelar adotada com fundamento no art. 277 deste Regimento, cabe agravo, no prazo de cinco dias, contados na forma do art. 168 deste Regimento.” Grifei.

Outrossim, noto que a parte tem legitimidade recursal, o recurso é tempestivo e há interesse em recorrer.

Sendo assim, conheço do recurso.

Ao decidir pela negativa do pedido cautelar, entendi que não seria possível naquela oportunidade adentrar no mérito da matéria debatida nos autos, por inadequação da via eleita.

Contudo, nesta etapa, diante da irrisignação da agravante, volto olhar diverso para a questão.

Esse olhar diverso decorre da constatação de que a incursão meritória pretendida com o provimento cautelar cingir-se-á à análise do cumprimento de diligência já respondida pela SEE/DF, colhendo-se do que mais consta dos autos que as preocupações que outrora levaram a retenção de valores foram paulatina e sucessivamente superadas.

Dessa forma, creio que a fumaça do bom direito se faz presente em razão de a matéria se encontrar madura para deliberação, com substanciosos esclarecimentos apresentados pela SEE/DF.

Adicionalmente, tenho que as alegações sinalizam graves e, presumivelmente, irreparáveis prejuízos financeiros e sociais que poderiam advir do retardamento da resolução da situação da empresa Global nos autos.

Disso ressaí que a indefinição em relação ao exame de mérito traz consigo potenciais repercussões financeiras e trabalhistas severas para a empresa, podendo impactar indiretamente a execução de outros contratos mantidos com a Administração Pública, na expectativa de eventual ressarcimento que acaso lhe venha a ser determinado, tendo em conta o montante em discussão.

Daí que, no meu entender, ao se decidir desde logo a matéria em foco, a Corte assegurará um ambiente de estabilidade e segurança jurídica.

Nesse sentido, atento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, em juízo de retratação, no mérito, dou provimento ao agravo, a fim de rever a Decisão Liminar n.º 12/2025 - P/AT e deferir o pleito cautelar, consistente na antecipação da análise de mérito do cumprimento dos itens IV.a e IV.b da Decisão n.º 4.253/2024, no que diz respeito à ora agravante.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Posta a questão dessa maneira, relembro que a discussão sobre a regularidade do Contrato n.º 99/2009, firmado pela Secretaria Educação com a então empresa G6 – Sistema de Segurança Integrada Ltda. (atual Global Segurança Ltda.), vem de longa data, perdurando por mais de 15 anos.

No tocante à empresa Global Segurança Ltda., inicialmente a dúvida acerca da exatidão dos valores envolvia as glosas relativas ao exercício de 2010, possível pagamento a maior no período de julho/09 a janeiro/10 e o não repasse dos valores referentes à rubrica intervalo intrajornada aos trabalhadores no período de 2009 a 2012.

Ao longo da instrução processual, verificou-se que a realização de acordo judicial pela referida empresa com o Sindicato dos Empregados de Empresa de Segurança e Vigilância do DF – Sindesv/DF, promovendo a quitação da verba trabalhista em questão (intervalo intrajornada), referente ao período de 01.01.2011 a 31.12.2012, resolveu em definitivo a questão em relação ao período especificado.

Em nova rodada processual, a instrução entendeu que nova documentação acostada pela empresa Global Segurança Ltda. permitia afastar o débito referente à cobrança irregular da rubrica intervalo intrajornada durante o exercício de 2010, restando apenas o período de 2009, abarcando os primeiros cinco meses de execução contratual desse ano.

De toda forma, a empresa Global juntou nova documentação que comprova o pagamento do intervalo intrajornada aos vigilantes lotados na SEE/DF no período de 25.07.2009 a 31.12.2009 (e-DOC 0CAAB6D5), bem como cópia de sentença expedida pelo Juiz de Trabalho da 3ª Vara de Trabalho de Brasília, relativa à ATOOrd 0000428-71.2020.5.10.0003 (e-DOC 2D9CE111), em que consta que, *“Quitado integralmente o débito do(a) executado(a), declaro, por sentença, extinta a execução (art. 924, II, do NCPC)”*.

Posteriormente, a teor da Decisão n.º 3.271/2019 (peça 432), reconheceu-se a legalidade da repactuação relativa ao período de 24.07.2009 a 24.01.2010.

Agora, na última diligência (Decisão n.º 4.253/2024, peça 600), conquanto tenham sido suscitadas novas dúvidas quanto à repactuação e à quitação dos valores referentes ao intervalo intrajornada, as informações da jurisdicionada são categóricas no sentido de elidir as dúvidas e sanear o feito.

Nesse sentido, a fim de aclarar devidamente a questão, é válido colher os apontamentos da Secretaria de Educação no bojo do Ofício n.º 2.582/2024 – SEE/Secex (peça 607), de 19.11.2024, em resposta à diligência.

Dessa maneira, quanto ao item IV.a da Decisão n.º 4.253/2024, asseriu:

“Quanto à repactuação do Contrato 99/2009, firmado entre a empresa Global Segurança e esta Secretaria de Estado de Educação, foi solicitado na Decisão nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

3271/2019, o pagamento da repactuação relativa ao período de 24/07/2009 a 24/01/2010.

De acordo com as planilhas de composição de custo (155974135 - 155974210), o valor inicial do posto de vigilante armado com arma não letal diurno era de R\$ 6.671,70 e Noturno R\$ 7.218,77 totalizando R\$ 13.890,47.

Com a CCT 2009/2010 (155974264), os valores repactuados passaram a ser posto de vigilante armado com arma não letal diurno R\$ 7.218,77 e Noturno R\$ 7.876,91 totalizando R\$ 15.095,68.

Com isso, de acordo com os postos implantados, a diferença com a repactuação é de R\$ 143.419,99 - Mensal, conforme quadros demonstrativos abaixo:

(...)

Em retificação ao Relatório nº 310 (68559335) deste Processo, segue memória de cálculo:

(...)

Conclui-se portanto que o valor recebido de **Repactuação com a correção monetária da repactuação**, de acordo com a Decisão nº 3271/2019, foi de **R\$ 1.526.509,58 (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil quinhentos e nove reais e cinquenta e oito centavos)**, valor calculado pela soma da coluna "F" do quadro acima.

Quanto à Correção monetária, primeiramente, é importante mencionar que foi pago à empresa Global Segurança LTDA somente a correção monetária das glosas, visto que a devolução dessas glosas já havia sido realizada.

O índice aplicado foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE, conforme quadro explicativo abaixo:

(...)

Observa-se, portanto, conforme coluna F ($F = E - B$), que foi aplicado o índice INPC sobre o valor principal e para chegar no valor total foi retirado o valor glosado. Ou seja, não há o que se falar em duplo pagamento de devolução de glosas.

Conclui-se que o valor recebido pela empresa Global referente à Correção Monetária foi de **R\$ 7.427.663,39 (sete milhões, quatrocentos e vinte e sete mil seiscentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos)**. Esse valor corresponde a soma da coluna "F" - **TOTAL ABATENDO A GLOSA JÁ RECEBIDA ANTERIORMENTE**.

Quanto à validação aritmética dos cálculos, e, de acordo com o Regimento Interno da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Decreto n.º 38.631, de 20 de novembro de 2017, por meio do Despacho SEE/SUAG/DICOF/GCONTAB (155975572) a Gerência de Controle Contábil validou o cálculo do INPC acumulado das competências informadas até Janeiro de 2020. Ressalta-se que o Despacho anexado aos autos pertence ao Processo nº 0020- 001594/2014, DOC SEI (154621835)." Grifou-se no original.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

A respeito do item IV.b da Decisão n.º 4.253/2024, a jurisdicionada anotou:

“Quanto à Intraornada, esta Gerência de Gestão dos Serviços Terceirizados relatou e apresentou documentação comprobatória, por meio do Despacho SEE/SUAPE/DIGEST/GEST (122702523), Processo nº 0080-003875/2016, in verbis:

(...)

2013:

A Empresa Global explica que a análise da questão do pagamento do intervalo de intraornada teve início com o Relatório de Inspeção nº 1.2010/13 (120999472), que apontou uma suposta irregularidade no pagamento da rubrica.

Nos termos do Relatório de Inspeção nº 1.2010/13, o montante decorrente da cobrança indevida da rubrica intervalo intraornada, levando em conta os salários da categoria estabelecidos nas Convenções Coletivas do período em análise, totalizava R\$ 6.829.429,23 (Global).

*A Empresa explica, ainda, que, a fim de averiguar as manifestações apresentadas, o processo retornou a área técnica do TCDF, e após inspeção in loco do processo nº 080.000.077/2012, por meio do **Relatório de Inspeção nº 1.1025/2014 (121003554)**, reconheceu que a Global estava pagando as empregados a partir de janeiro/2013 o adicional de intraornada.*

2011 e 2012:

Cabe ressaltar que a Empresa Global apresentou, em resposta ao referido Relatório de Inspeção nº 1.1025/2014, comprovação da realização de acordo judicial com o SINDESV/DF – Sindicato dos Empregados de Empresa de Segurança e Vigilância do DF, promovendo a quitação das obrigações relativas ao intervalo intraornada, referente ao período de 01.01.2011 a 31.12.2012.

*A fim de comprovar a quitação acima descrita, cabe mencionar a **Informação nº 004/2017, Parágrafo 52:***

52. Assim, para a irregularidade ocorrida no período compreendido entre 1º.01.2011 e 31.12.2012, o acordo entre a empresa e o sindicato de seus empregados, homologado pela justiça trabalhista, saneia em definitivo a questão. Afinal, conforme consta da Ata de Audiência lavrada na justiça do trabalho, a quitação realizada dá plena quitação para esse período (fls. 2253/2254).

53. O período subsequente, a partir de janeiro/2013, o Relatório de Inspeção nº 1.1025/2014, § 106, já registrava a normalização do pagamento desse benefício, não havendo que se falar em irregularidade a esse respeito (fls. 2178).

Diante disso, com relação à Empresa Global, esta gerência entende, baseado na Informação 04/2017 TCDF, não haver qualquer dano ao erário com relação aos anos de 2011 e 2012.

2010:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Todavia, no Parágrafo 69 do referido informativo, o TCDF entendeu que remanesce a obrigação da empresa Global com relação ao período de julho/2009 a dezembro/2010.

*Com relação ao ano de 2010, a **Informação nº 07/2018 parágrafo 14 analisa a documentação e os argumentos apresentados pela Global e manifesta que, NO MÉRITO, que a documentação afasta o débito referente à cobrança irregular da rubrica “intervalo intrajornada” durante o exercício de 2010, encerrando a questão tanto do posto de vista administrativo quanto do trabalhista. In verbis:***

14. No mérito, entendemos que a nova documentação ora trazida ao feito, pela empresa Global Segurança Ltda., afasta o débito referente à cobrança irregular da rubrica “intervalo intrajornada” durante o exercício de 2010.

Diante disso, com relação à Empresa Global, esta gerência entende, baseado na Informação 07/2018 TCDF, não haver qualquer dano ao erário com relação ao ano de 2010.

2009:

Com relação à 2009 (25 de Julho a 31 de Dezembro), a empresa afirma que:

(...) Portanto, as questões relativas aos recebimentos e pagamentos da intrajornada já foram objeto de ampla análise pela Área Técnica e MPTCDF, bem como objetivo de julgamento em definitivo pelo TCDF, em especial o contido na decisão nº 3271/2019 (e-DOC 7D44697B), submetida ao plenário, que de forma UNÂNIME, afirmou que não é razoável que seja alterada a sistemática e que restariam apenas ao crivo do TCDF a regularidade dos primeiros 5 (cinco) meses de execução contratual.

A Global, em atendimento da referida decisão, juntou aos autos do processo junto ao TCDF documentação que comprova o pagamento do intervalo intrajornada aos vigilantes lotados na SEE/DF no período de 25 de julho a 31 de dezembro de 2009 (eDOC 0CAAB6D5), bem como juntou aos autos (e-DOC 2D9CE111), cópia de sentença expedida pelo Juiz de Trabalho da 3ª Vara de Trabalho de Brasília, relativa à ATOrd 0000428-71.2020.5.10.0003, em que se lê “Quitado integralmente o débito do(a) executado(a), declaro, por sentença, extinta a execução (art. 924, II, do NCPC).”

Portanto, considerando a manifestação da Secretaria de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal (Informação nº 007/2018 – SEAUD e-DOC A8512241) e do próprio Ministério Público de Contas (Parecer nº 233/2018 e-DOC FDC28D0C), que somente subsistiria a obrigação referente ao período de período de 25 de julho a 31 de dezembro de 2009, a empresa Global cumpriu integralmente as obrigações relativas ao pagamento do intervalo de intrajornada, não havendo nenhuma pendência.

Como é cediço, o princípio da segurança jurídica é norma fundamental no ordenamento pátrio, considerada pedra basilar do Direito Administrativo e Estado de Direito. Art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Diante disso, com relação ao ano de 2009, a Empresa Global aguarda manifestação do TCDF quanto à solicitação protocolada no TCDF dia 15/02/2023. A manifestação pode ser encontrada no site do Tribunal - Processo nº 39420/2008-e.

(...)

Quanto à Empresa Confederal, esta Gerência de Gestão dos Serviços Terceirizados informa que, por intermédio do Ofício 215 (156346159) em 19 de março de 2024, enviou reiteração de solicitação de manifestação e não obteve resposta da empresa, in verbis:

Nesse sentido, solicita-se a apresentação de justificativas pormenorizadas em relação à quitação dos valores referentes ao intervalo intrajornada, tendo em conta o possível prejuízo ao erário (Confederal: R\$ 5.820.067,46), decorrente de valores repassados à empresa referida e não pagos aos seus empregados, justificando os valores pagos ou adotando medidas necessárias à reparação do dano.

Enfatiza-se que a solicitação é reiteração do Ofício 578 enviado em 10 de agosto de 2023 e a dilação de prazo de 60 dias solicitado em 19 de setembro de 2023, já teve seu prazo vencido. Sendo assim, insta-se a devida atenção que o caso requer.” Grifou-se no original.

Portanto, a Pasta da Educação, em relação ao item IV.a da Decisão n.º 4.253/2024, refez todos os cálculos e, após submeter a análise dos referidos cálculos à sua gerência contábil, concluiu que não há qualquer inconsistência nos valores pagos à então contratada, esclarecendo que a empresa não recebeu os valores glosados, mas somente a atualização dos valores restituídos.

Saliente-se ainda o apontamento de que realizou a “atualização dos valores devidos, com a indicação dos percentuais acumulados e os fatores de correção utilizados”.

No tocante ao item IV.b da Decisão n.º 4.253/2024, a SEE/DF apresentou explicação de cada anuênio, concluindo pela inexistência de qualquer irregularidade.

Outrossim, em razão de análises anteriores da Corte, indicou a ocorrência de preclusão lógica e consumativa da questão relativa ao pagamento das indenizações do intervalo intrajornada, sem embargo de frisar que a empresa Global Segurança Ltda. juntou no presente processo “documentação que comprova o pagamento do intervalo intrajornada aos vigilantes lotados na SEE/DF no período de 25 de julho a 31 de dezembro de 2009 (e-DOC 0CAAB6D5)”, bem como “cópia de sentença expedida pelo Juiz de Trabalho da 3ª Vara de Trabalho de Brasília, relativa à ATOrd 0000428-71.2020.5.10.0003 (e-DOC 2D9CE111)”, a qual teria considerado quitado integralmente seu débito.

Em decorrência, concluiu que “a empresa Global cumpriu integralmente as obrigações relativas ao pagamento do intervalo de intrajornada, não havendo nenhuma pendência”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Nessa quadra, uma vez que a própria Secretaria de Educação atestou a regularidade dos cálculos relativos aos valores devidos à empresa Global Segurança Ltda., a título de repactuação, e o cumprimento integral das obrigações relacionadas ao pagamento do intervalo de intrajornada, tenho que os itens IV.a e IV.b da Decisão n.º 4.253/2024 podem ser considerados atendidos, relativamente à empresa Global Segurança Ltda., dando-se por encerrada a discussão da matéria em relação à referida empresa.

Por fim, informo que a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. ingressou neste Tribunal, por meio de representante legal, com requerimento para realização de sustentação oral e vista/cópia integral dos autos (peças 619 e 620).

Com relação ao pedido de sustentação oral, não convém a mim, nesta fase, apreciá-lo, mas sim ao relator original, em momento oportuno.

Quanto à solicitação de cópia do feito, defiro-a de imediato, considerando o direito ao acesso à informação, previsto na Lei nº 12.527/11, que regulamenta o acesso a informações, no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da CF, bem como no § 1º do art. 136 do RI/TCDF.

Ante o exposto, divergindo parcialmente da unidade técnica, e tendo por fundamento o art. 16, inciso XIV, do Regimento Interno do TCDF, *ad referendum* do egrégio Plenário, **DECIDO**:

I – tomar conhecimento:

- a) do Ofício n.º 2.582/2024 – SEE/Secex (peça 607);
- b) do agravo interposto pela empresa Global Segurança Ltda. (peça 617), nos termos do art. 290 do RI/TCDF, dando-lhe provimento, a fim de, em juízo de retratação, rever a Decisão Liminar n.º 12/2025 - P/AT para conceder a medida cautelar requerida;
- c) do pedido de sustentação oral e de vista/cópia dos autos, efetuado pela empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. (peças 619 e 620), informando-lhe que a sustentação oral requerida deverá ser apreciada, em momento oportuno, pelo relator original do feito, bem como deferindo-lhe a vista/cópia dos autos na forma solicitada;

II – em face da alínea “b” do item anterior, considerar cumpridos os itens IV.a e IV.b da Decisão n.º 4.253/2024, relativamente à empresa Global Segurança Ltda., dando-se por encerrada a discussão no tocante à referida empresa;

III – autorizar:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

a) o envio de cópia desta decisão liminar à empresa Global Segurança Ltda., à empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF para adoção das providências decorrentes desta deliberação;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Educação, Áreas Sociais e Saúde Pública – Seasp, para os devidos fins.

Brasília - DF, 14 de janeiro de 2025.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Manoel', is centered below the date. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke extending to the right.

MANOEL DE ANDRADE

Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Processo n.º: 39.420/2008-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF

Assunto: Licitação

Ementa: Contratos n.ºs 98/2009 e 99/2009. Prestação de serviços de vigilância patrimonial. Procedimento de fiscalização especial. Inspeção. Superfaturamento. Medida cautelar. Glosa mensal. Revogação. Restituição de glosas. Diligência. Reiteração. Decisão n.º 3.271/2019. Determinações à SEE/DF. Decisão n.º 2.881/2021. Reiteração de determinações anteriores. Decisão n.º 5.320/2022. Concessão de prazo para manifestação. Decisão n.º 4.253/2024. Reiteração e novas determinações. Ingresso de petição protocolizada pela empresa Global Segurança Ltda., na qual requer a concessão de medida cautelar, a fim de julgar antecipadamente o mérito da questão debatida nos autos. Decisão Liminar n.º 12/2025-P/AT. Ingresso de agravo protocolizado pela empresa Global Segurança Ltda. **Nesta fase:** análise do referido agravo. **DECISÃO LIMINAR** no sentido de conhecer do agravo, dando-lhe provimento, a fim de, em juízo de retratação, rever a Decisão Liminar n.º 12/2025 - P/AT e deferir a medida cautelar requerida, consistente na antecipação da análise de mérito do cumprimento dos itens IV.a e IV.b da Decisão n.º 4.253/2024, no que diz respeito à ora agravante. Ter por cumpridos os itens IV.a e IV.b da Decisão n.º 4.253/2024, relativamente à empresa Global Segurança Ltda., dando-se por encerrada a discussão no tocante à referida empresa.

DECISÃO LIMINAR Nº 21/2025 - P/AT

O Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, divergindo parcialmente da unidade técnica, e tendo por fundamento as disposições do art. 16, inciso XIV, do Regimento Interno do TCDF, *ad referendum* do egrégio Plenário, **DECIDE:**

I – tomar conhecimento:

a) do Ofício n.º 2.582/2024 – SEE/Secex (peça 607);

b) do agravo interposto pela empresa Global Segurança Ltda. (peça 617), nos termos do art. 290 do RI/TCDF, dando-lhe provimento, a fim de, em juízo de retratação, rever a Decisão Liminar n.º 12/2025 - P/AT para conceder a medida cautelar requerida;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

c) do pedido de sustentação oral e de vista/cópia dos autos, efetuado pela empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. (peças 619 e 620), informando-lhe que a sustentação oral requerida deverá ser apreciada, em momento oportuno, pelo relator original do feito, bem como deferindo-lhe a vista/cópia dos autos na forma solicitada;

II – em face da alínea “b” do item anterior, considerar cumpridos os itens IV.a e IV.b da Decisão n.º 4.253/2024, relativamente à empresa Global Segurança Ltda., dando-se por encerrada a discussão no tocante à referida empresa;

III – autorizar:

a) o envio de cópia desta decisão liminar à empresa Global Segurança Ltda., à empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF para adoção das providências decorrentes desta deliberação;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Educação, Áreas Sociais e Saúde Pública – Seasp, para os devidos fins.

Brasília - DF, 14 de janeiro de 2025.

MANOEL DE ANDRADE
Presidente